

O fim dos cartórios, uma das sugestões.

A reforma fiscal pretendida por Fernando Collor de Mello deveria, também, passar pela "flexibilização" de algumas reservas de mercado "adotadas pelo País. Como, por exemplo, liberar um pouco mais as importações, acabar com a proibição de investimentos estrangeiros em determinadas áreas e também com alguns cartórios.

A indústria automobilística diz que carro não dá lucro — comenta Rubens Branco, diretor da Arthur Andersen e autor da proposta, então que se deixe os japoneses investirem nesse setor. Segundo o tributarista, toda vez que se fala em acabar com cartórios, logo vem o argumento de que isso geraria desemprego. "Isso é uma conversa fiada" diz ele, porque os

desempregados, interpreta, irão para as novas indústrias que se instalarem no setor.

— O Collor tem diante de si uma possibilidade enorme de mexer com a estrutura econômica deste País — acrescenta. De montar uma equipe que transmita credibilidade e conte com o apoio da Nação. Ele fez um discurso de independência e pode tirar proveito disso.

Para Branco, também, outra coisa importante em relação à utilização do capital estrangeiro para soerguer a economia seria a redução dos impostos que incidem sobre o capital aqui instalado.

Hoje, o Brasil compete, segundo ele, com países que ofere-

cem condições muito melhores para o capital estrangeiro. "E o que pesa mais, atualmente, na decisão de investimento dessas empresas no País é a inflação alta e o elevado nível dos impostos" — afirma. Ele acredita que se for dado o melhor tratamento aos investidores internacionais, os recursos virão. — Hoje a tributação do Imposto de Renda para os não residentes é de 25%. Além disso, de cada NCz\$ 1 mil de lucro, a empresa estrangeira paga NCz\$ 400. Mais 10% de contribuição social. Além disso, na hora de remeter os dividendos, paga mais 25%. E se o dividendo exceder a 12% do capital da empresa, paga, ainda, uma alíquota adicional que varia de 40 a 60%. Isso chega a uma soma de 67 a 68% de imposto.